

SINTFUB entrega Carta Aberta a parlamentares contra a PEC 32/2020

O SINTFUB produziu uma [Carta Aberta](#) endereçada aos deputados e às deputadas federais para reforçar o “corpo a corpo” do sindicato na mobilização e pressão contra a [Reforma Administrativa \(PEC 32/2020\)](#), que começa a ganhar contornos decisivos na Câmara Federal.

O governo ainda não tem os 308 votos necessários à aprovação da matéria e [está buscando “comprar” esse apoio](#) com recursos para emendas parlamentares e/ou cargos comissionados. Por isso o movimento sindical está reforçando a pressão contra os deputados indecisos, para impedir que essa pauta de destruição dos serviços públicos siga viva no Congresso Nacional.

Veja abaixo o texto da [Carta Aberta](#) do SINTFUB em sua integralidade:

Carta Aberta aos(às) Deputados(as) Federais

Senhor(a) parlamentar, nós, que escrevemos esta [Carta Aberta](#), somos servidores públicos concursados da Universidade de Brasília (UnB). Vimos até Vossa Excelência debater sobre o seu voto na Reforma Administrativa, que está em vias de ser pautada no Plenário da Câmara Federal e, se aprovada, pode privar a população pobre do país do acesso aos serviços públicos essenciais que ela tanto necessita.

*O Governo Bolsonaro trouxe à baila essa **Reforma Administrativa com o intuito de destruir os pilares constitucionais do serviço público brasileiro**, escancarando suas portas para a privatização total. Como sabemos, a iniciativa privada visa o*

lucro em suas atividades. Perguntamos: a quem a privatização dos serviços públicos interessa?

A Reforma Administrativa é um retrocesso nas conquistas que o Brasil consolidou na Carta Magna de 1988. Ela é, antes de tudo, uma reforma de princípios. O princípio constitucional essencial passará a ser a ancoragem na iniciativa privada, com a inserção das privatizações e terceirizações como pedras fundamentais do serviço público no Estado Brasileiro. É uma reforma que diminui a responsabilidade estatal em cuidar de seu povo.

A Reforma Administrativa ruma contra os direitos humanos, pois afeta diretamente a estrutura de funcionamento dos serviços públicos para pior. E quem depende desses serviços é a população marginalizada, os pobres, os grupos oprimidos, a maioria periférica que não tem sustentação econômica para se constituir como consumidora de serviços particulares, especialmente aqueles essenciais como a saúde e a educação.

A Reforma Administrativa é corruptiva, pois retira os cargos e órgãos públicos do seio da imparcialidade de concursos e da estabilidade funcional para jogá-los na lama do apadrinhamento e do nepotismo das indicações políticas. A quem interessa a troca do servidor estável de carreira por empregados comissionados e servidores temporários?

A Reforma Administrativa cumpre um objetivo: atender os parasitas do mercado de capitais, que enxergam no Estado Brasileiro um balcão de negócios com áreas inexploradas, que miram a possibilidade de contratos sem licitações, serviços sem fiscalização e, acima de tudo, lucro desenfreado por meio da precarização do trabalho terceirizado, da desregulamentação de direitos e da informalidade.

O Brasil depende dos serviços públicos para oferecer cidadania à população e não pode ficar à mercê dos conglomerados econômicos. O Brasil é o SUS e não os convênios médicos

particulares. O Brasil é escola e a universidade pública e não grupos educacionais que operam na Bolsa de Valores. Nosso norteamento deve ser o público, não o privado.

*E, por fim, nesse contexto dramático de pandemia em que ainda nos encontramos, é obrigação do Poder Público e do Congresso Nacional trabalhar pela ampliação do acesso da população aos serviços dos quais necessita, e não elitizá-los, como propõe a PEC 32/2020. Mais do que isso, é impensável aprovar um projeto dessa magnitude neste contexto pandêmico, tendo em vista a impossibilidade de qualquer discussão de fôlego que envolva com qualidade a opinião pública e o povo que não seja, exclusivamente, reduzir de maneira drástica as perdas humanas pelo COVID-19. **Não é hora de discutir esse projeto, muito menos de aprová-lo.***

*Por tudo isso, nós, servidores públicos concursados da UnB, vimos até Vossa Excelência para pedir o seu apoio aos serviços e servidores públicos de todo o país, **que pode ser materializado com o SEU VOTO CONTRÁRIO à Reforma Administrativa**, não permitindo que a PEC 32/2020 ganhe qualquer sobrevida e termine sua tramitação já na votação de 1º turno do Plenário da Câmara dos Deputados.*

Brasília-DF, 28 de setembro de 2021

Sindicato dos Servidores Técnico-Administrativos da Fundação Universidade de Brasília

Download

[Baixe aqui](#) a Carta Aberta aos(as) parlamentares escrita acima (arquivo em formato PDF).

